

Grupo de Trabalho TUTELAS À EFETIVAÇÃO DE DIREITOS PÚBLICOS INCONDICIONADOS

(11/10/2023)

Obrigações processuais penais positivas e dever de investigação no direito internacional dos direitos humanos: pontos fundamentais no caso Gomes Lund vs. Brasil

Giovanna de Carvalho Jardim (Brasil)

Conventionality control and its application in collective rights

Dr. Edgar Andrés Quiroga Natale (Colômbia)

El principio de interseccionalidad y la protección de los derechos de la mujer indígena en el proceso constituyente chileno

Camila Ignacia Espinoza Almonacid (Chile)

Avances y desafíos del marco jurídico de la igualdad de género en el SIDH

Neidaly Espinosa Sanchez e Dr. Alfonso Jaime Martínez Lazcano (México)

Patologias racistas a partir da Lei n.º 14.532/23

Me. Venâncio Antônio Castilhos de Freitas Terra e Dr. Fábio Roque Sbardellotto (Brasil)

Desafíos en la implementación de los derechos sociales en México

José Alfredo López Morales e Dr. Alfonso Jaime Martínez Lazcano (México)

Afectación de los derechos fundamentales en el contexto de la 4a revolución industrial

Me. José Thomaz Cunha Gervásio de Oliveira, Esp. Bernardo Teixeira e Douglas Riccardi (Brasil)

As contribuições dos tribunais de contas brasileiros para o fortalecimento da democracia e do controle da administração

Me. Betieli Da Rosa Sauzem Machado e Dr. Ricardo Hermany (Brasil)

Infralegalismo autoritário e o controle pelo Poder Judiciário

Sérgio da Silva Pereira (Brasil)

A reinterpretación do artigo 142 da Constituição Federal de 1988: uma análise pelo fenômeno da psicologia das massas

Me. Renan Eduardo da Silva (Brasil)

A prova genética e os riscos da sociedade contemporânea

Leandro Reis de Souza (Brasil)

Revogação da lei da alienação parental e a (des)proteção da criança e adolescente: breve discussão sobre a necessária manutenção da Lei 12.318/2010

Esp. Helena Gil Klein e Esp. Desyrê Moraes Lemes Mota (Brasil)

Aborto no Brasil: análise dos principais aspectos que contribuem para a sua não descriminalização

Me. Gláucia Borges (Brasil)

(In)eficácia das medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha sob o crivo do princípio da vedação à proteção deficiente

Fernanda Cristina Gasparotto e Pedro Henrique Marcon Rockenbach (Brasil)